



**GÊNERO, SUSTENTABILIDADE RURAL E SEGURIDADE SOCIAL:  
UM ESTUDO COM AGRICULTORAS FEIRANTES DE MARECHAL CÂNDIDO  
RONDON/PR<sup>1</sup>**

Gender, rural sustainability and social security: A study with farmer farmers in  
Marechal Cândido Rondon/PR

**Alvori Ahlert<sup>2</sup>**

**Leila Patrícia Bernabe<sup>3</sup>**

**Luana Baccarin<sup>4</sup>**

**Resumo:** A pesquisa investigou o perfil socioeconômico, as concepções sobre desenvolvimento sustentável e conhecimentos sobre a seguridade social de agricultoras familiares, que desenvolvem atividades de feirantes. Foi adotada a metodologia de pesquisa descritiva, de análise qualitativa. Os resultados atestaram que as agricultoras familiares feirantes, possuem uma renda familiar modesta. O acesso a mídia e bens culturais, como a leitura, é limitado, o que pode afetar sua conscientização sobre questões sociais e ambientais. As concepções relativas à sustentabilidade centram-se em temas como agrotóxicos, mudanças climáticas e preservação ambiental, mas denotam compreensão limitada nesses assuntos. Conclui-se que as agricultoras familiares são limitadas em informação, formação cultural e conhecimentos sobre o conceito de agricultura familiar. Denotam baixa priorização de indicadores de sustentabilidade política, o que pode ser obstáculo para o fortalecimento e empoderamento em discussões e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à igualdade de gênero.

**Palavras-chave:** Seguridade social. Gênero. Agricultura familiar. Desenvolvimento sustentável.

**Abstract:** The research investigated the socioeconomic profile, conceptions of sustainable development, and knowledge about social security among family farmers who engage in market activities. A descriptive research methodology with qualitative analysis was adopted. The results confirmed that family farmers engaged in market activities have a modest family income. Their access to media and cultural assets, such as reading, is limited, which can affect

<sup>1</sup> Agradecimento à CAPES-PROAP.

<sup>2</sup> Professor de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPG-DRS, Unioeste). E-mail: alvoriahlert@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPG-DRS, Unioeste). E-mail: pamilmi@hotmail.com

<sup>4</sup> Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPG-DRS, Unioeste). Bolsista da CAPES. E-mail: luanabaccarin@gmail.com



their awareness of social and environmental issues. Conceptions related to sustainability focus on topics like pesticides, climate change, and environmental preservation but indicate limited understanding of these subjects. It can be concluded that family farmers have limited information, cultural background, and knowledge about the concept of family farming. They demonstrate a low priority for political sustainability indicators, which can be an obstacle to strengthening and empowering discussions and initiatives related to sustainable development and gender equality.

**Keywords:** Social security. Gender. Family farming. Sustainable development.

## INTRODUÇÃO

O sistema de produção de base familiar surge no Brasil apenas no século XX. Tratava-se de um instrumento de novos valores para o meio rural, na tentativa de corrigir os erros no tratamento da pequena agricultura por cópias mal feitas dos países ricos. Objetivou-se superar a ideia de “pequena produção” para um novo ciclo de desenvolvimento da agricultura familiar denominado de “Novo Rural Brasileiro”, que defendia que a área rural brasileira não se restringe mais àquelas atividades voltadas para a agropecuária e a agroindústria<sup>5</sup>.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA – AGRICULTURA FAMILIAR, SUSTENTABILIDADE RURAL E SEGURIDADE SOCIAL

Já na década de 1980 Sorj<sup>6</sup> alertava para as mudanças que a modernização produzia na agricultura familiar.

[...] embora a produção familiar não seja gerada nem exista na sua especificidade, porque a ‘lógica do capital’ assim o determina, ao mesmo tempo, ela não fica alheia à dinâmica envolvente da acumulação capitalista que vai minando lentamente as especificações sócio-econômicas e a autonomia que a pequena produção teve anteriormente.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza.** São Paulo: Cortez, 2012. p. 47.

<sup>6</sup> SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.** Rio de Janeiro. Guanabara, 1986. 162 p.

<sup>7</sup> SORJ, 1986, p. 64-65.



Por isso, para Sachs<sup>8</sup>, o padrão de modernização aplicado à grande agricultura aplicado à pequena propriedade rural significou uma catástrofe, com a criação de empregos não-agrícolas nas imediações

Na década de 90, Abramovay<sup>9</sup> desenvolveu um conceito para a agricultura familiar:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

Numa perspectiva legal, a atual legislação estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar através da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que define com muita clareza a agricultura familiar<sup>10</sup>:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> SACHS, I. **Desenvolvimento – includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Garamond, 2008. 152 p.

<sup>9</sup> ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998. p. 146. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>10</sup> BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

<sup>11</sup> BRASIL, 2006, [n.p.].

# VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



Este sistema agrícola familiar desempenha um papel fundamental na economia mundial e, especialmente, nos países em desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade. A agricultura familiar desempenha papel significativo na produção de alimentos, e seu Valor Bruto da Produção (VPB) é relativamente maior em comparação com a agricultura não familiar em setores como pecuária de leite, suinocultura, avicultura, hortifrutis e culturas como mandioca e feijão, entre outras. Além disso, a agricultura familiar emprega mais de 70% da mão de obra rural, o que destaca sua relevância econômica nesse setor<sup>12</sup>.

Em relação à sustentabilidade rural, fortalecer a agricultura familiar, tornando-a um eixo central dessa questão, com implementação de políticas públicas que garantam o acesso à terra, crédito rural, assistência técnica e extensão rural, além de investimentos em infraestrutura e tecnologias apropriadas ao desenvolvimento rural<sup>13</sup>.

Por tudo isso, elegemos como critérios de sustentabilidade oito critérios: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional<sup>14</sup>.

A seguridade social dos trabalhadores rurais no Brasil ganhou força e evoluiu com a promulgação da Constituição Federal/1988. Isso porque a Carta Magna determinou a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre os trabalhadores urbanos e rurais e, ainda, regulou um modelo contributivo diferenciado para o financiamento da Seguridade Social desses trabalhadores, adotando como base de cálculo o resultado da comercialização daquilo que a família rural produz<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> CORRÊA DA SILVA, H. B.; CARTES PATRÍCIO, C. (org.). **Fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: Cooperativismo, ater e pesquisa agropecuária, e ater digital pós-COVID-19**. Brasília: FAO, SEAB/PR e IAPAR EMATER, 2022.

<sup>13</sup> GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002. 1 v. Coleção pesquisa. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

<sup>14</sup> SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009. p. 85-88.

<sup>15</sup> BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. art. 194, II e art. 195, §8º. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 ago. 2023.



O artigo art. 30, IV da lei 8212/91, dispõe que se o núcleo familiar vender direto para empresa ou cooperativa é destas a responsabilidade de reter o valor e repassar à previdência social, mas, se esse mesmo grupo familiar vender diretamente a diversos consumidores, como acontece nas feiras, por exemplo, é de sua responsabilidade, enquanto segurado especial, fazer o recolhimento da contribuição sobre a produção vendida, através da GPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social), conforme a lei. Assim, as pessoas da agricultura familiar estão asseguradas, de forma especial, pela previdência social brasileira, podendo usufruir de todos os benefícios previdenciários previstos na lei, tais como, a aposentadoria por incapacidade temporária, permanente e por idade rural, auxílio acidente, pensão por morte rural e licença maternidade rural<sup>16</sup>.

## MATERIAIS E MÉTODO

O processo de coleta de dados seguiu através dos seguintes passos: escolha do método, o enfoque; a definição e delimitação do público-alvo, a unidade de análise; a construção do instrumento da coleta dos dados, as técnicas e formas de coleta; e o processo de análise dos dados.

A pesquisa se caracteriza como descritiva. Estas pesquisas são estudos que “têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis”<sup>17</sup>.

O público-alvo da pesquisa foram 7 mulheres<sup>18</sup> feirantes da agricultura familiar, pertencentes Feira do Produtor Rural, da Associação Central Dos Produtores Rurais Ecológicos – Acempre, de Marechal Cândido Rondon, PR, e da Feira Livre

<sup>16</sup> BRASIL. **Constituição Federal, 1991**. art. 30, IV da lei 8212/91. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 18 ago. 2023.

<sup>17</sup> GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 28.

<sup>18</sup> Para a discussão dos resultados, foram usados nomes fictícios, retirados do *site* <https://dicasdenomes.com.br/nomes/nomes-dinamarqueses-femininos-com-significado/>.



“Sabor e Arte”, que ocorre aos sábados nos pavilhões do Parque de Exposição de Marechal Cândido Rondon, PR.

A elaboração do questionário, sua análise e discussão foram realizadas dentro dos princípios éticos em pesquisa com seres humanos, visando a preservação do anonimato nas respostas e os cuidados com a redação da discussão dos resultados, antes da entrevista ser efetivada, foi apresentada e explicada às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual está explicado todo o procedimento e normas do estudo, priorizando as normas legais de pesquisas com seres humanos, conforme determina o Comitê de Ética da UNIOESTE. Cada participante assegurou estar ciente que durante a execução do projeto estava contribuindo para estudos e reflexões sobre as questões da pesquisa; de que estava ciente de que sua participação era livre e voluntária e de que nada seria desenvolvido em seu prejuízo; que estava ciente de que assumia todos os riscos de danos ou desconforto que possam advir em responder ao questionário; que seria mantida a confidencialidade e que os dados seriam utilizados somente para fins científicos<sup>19</sup>.

Foi utilizado um questionário composto por 10 questões sobre o perfil demográfico, 3 questões sobre concepções e percepções sobre o desenvolvimento rural sustentável, 8 questões sobre Indicadores de Sustentabilidade e 6 questões sobre conhecimentos relativos à seguridade social<sup>20</sup>.

Após o procedimento de coleta de dados, foi realizada uma análise de forma qualitativa, considerando a existência de uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

<sup>19</sup> CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 101-124.

<sup>20</sup> MACHADO, Diego de Queiroz; IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha; OLIVEIRA, Francisco Correia de. Os Princípios da Bioética em Práticas de Desenvolvimento Sustentável: um Estudo Observacional no filme “Avatar”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 4-9, 2012. p. 6.



## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreender a realidade das agricultoras familiares feirantes e suas concepções sobre sustentabilidade ambiental e seguridade social, consideramos necessário conhecer também seu perfil demográfico.

### Perfil demográfico das agricultoras feirantes

As mulheres entrevistadas declararam sua faixa etária conforme apresentado na tabela abaixo.

**Tabela 1** – Mulheres feirantes por faixa etária.

Faixa etária	Número de respostas
20 a 29 anos	00
30 a 39 anos	01
40 a 49 anos	01
50 a 60 anos	04
69 anos ou mais	01

**Fonte:** Os/As autores/as, 2023.

Lecia é a mais nova das entrevistadas, na faixa de 30 a 39 anos. Quanto ao seu estado civil, ela declarou viver informalmente e, quanto ao seu grau de escolarização, informou possuir formação em nível superior. Já Ingeborg declarou-se na faixa de 40 a 49 anos, casada, com nível de escolarização ensino fundamental completo. Quatro, das sete entrevistadas, declararam faixa etária entre 50 e 69 anos: Birguitte, casada, com ensino fundamental completo; Gertrud, casada, com ensino fundamental incompleto; Thorid, casada, com ensino médio completo; Gunhild, viúva, com ensino fundamental completo; e Sofie, com mais de 69 anos, casada e com ensino fundamental completo.



### Situação econômica familiar das mulheres feirantes

A situação econômica de uma família tem relação decisiva para o desenvolvimento de um pensamento crítico, emancipatório e livre de coação das pessoas, tornando-se condição e estímulo para acessar formação escolar e bens materiais e culturais, dentre eles livros, revistas, jornais, viagens, teatro, cinema, meios de comunicação culturais diferenciados como TV a cabo, TV por streaming, etc. Por isso questionamos as entrevistadas sobre sua renda familiar.

**Tabela 2** – Mulheres feirantes segundo a renda familiar mensal.

Renda Familiar	Número de respostas
Mais de 15 SM	00
De 5 a 15 SM	02
Até 5 SM	05

Fonte: Os/As autores/as, 2023.

Os dados constataram que as mulheres possuem uma renda familiar de até 5 SM, isto é, de até R\$6.600,00. Trata-se, portanto, agricultoras que estão no extrato social da classe trabalhadora, localizados na estrutura ou na hierarquia social própria de um senso comum que costuma associar classe à posição ocupada pelos indivíduos na hierarquia social. No contexto urbano, para o qual comercializam sua produção, essas mulheres podem ser comparadas com as classes de mulheres trabalhadoras urbanas que, segundo A. Singer, se encontram “[...] dentro da faixa na qual o economista Waldir Quadros inclui ocupações como balconista, professor de ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure”<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud.** – CEBRAP, [S.l.], n. 97, p. 23-40, 2013. p. 31.



### Acesso das agricultoras familiares feirantes a bens culturais

Na atualidade, o acesso a bens culturais com menor impacto da ideologia dominante do capital significa ter na cultura a contribuição de pessoas com mais autonomia de pensamento. Quando se fala de cultura se fala também de poder. Somente uma boa formação cultural possibilita o desejo da democracia, enquanto luta permanente por direitos iguais, liberdade, identidade e criticidade para a construção de práticas participativas de formação para a cidadania.

Por isso, perguntamos para as mulheres agricultoras familiares e feirantes sobre como acessam os bens culturais enquanto instrumentos de formação, informação e desenvolvimento cultural.

**Tabela 3** – Mulheres feirantes segundo hábitos de mídia e leitura de livros.

Hábitos de mídia	Número de respostas
Jornais	01
Revistas	00
TV	04
Rádio	01
Leitura de livros	Sim (00) Não (07)

**Fonte:** Os/As autores/as, 2023.

Apenas três entrevistadas afirmaram ter o hábito de ler jornais, sem precisar qual jornal. Depreende-se que essas mulheres podem ter dificuldades em articular uma leitura de mundo, de sua própria realidade em nível local, interconectada com a realidade regional, nacional e internacional do país.

A televisão é o único meio de informação eletrônica e formação cultural assinalada por três das entrevistadas: Lecia declarou assistir telejornais e series na TV. Birgitte afirmou assistir telejornal e novela na TV. Também Thorid assiste TV, sem

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE  
**GÊNERO E RELIGIÃO**  
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



informar quais programas. Sofie declarou assistir apenas a telejornais. Gundhild, por sua vez, informou apenas fazer uso do rádio para suas informações, formação cultural. Já Ingeborg, por “- Falta de tempo”, e Gertrud, “- Não sobra tempo”, declaram não fazer uso de meios eletrônicos para sair informação e formação cultural.

Considerando que a televisão pouco colabora com uma informação qualificada e menos ainda para a formação cultural, pois a televisão assume papel importante na tentativa de incutir nas pessoas uma falsa consciência mascarando a realidade, impondo sutilmente valores, normas e conteúdos ideológicos de tal forma que estes conteúdos se tornam únicos na consciência dos telespectadores, pode afirmar-se que as mulheres agricultores feirantes entrevistadas tem pouca informação e formação cultural para a construção da liberdade, da identidade e criticidade, pois, os meios de comunicação eletrônicos citados são a homogeneização da sociedade em torno de valores sociais, culturais, econômicos e sociais que beneficiam o sistema do mercado que é o controlador dos meios televisivos, portanto, suscetíveis a precárias informações, sejam científicas ou jornalísticas, expostas a *fake News* e com a uma visão de mundo fragmentada e incompleta sobre a realidade local, nacional e internacional.

Entretanto, do ponto de vista cultural, as entrevistadas afirmaram não ter o hábito de ler livros. Uma pessoa que não lê tem mais dificuldades para a compreensão da realidade, para enfrentar profissionalmente seus desafios para além do senso comum. Torna-se frágil diante do bombardeio consumista nas mídias e das *fake news* das redes sociais.



## Filiações das agricultoras feirantes em órgãos de classe

Tabela 4 – Sobre a filiação a órgãos de classe.

<b>Sindicato dos Trabalhadores Rurais</b>	00	
<b>Sindicato Rural</b>	01	Ingeborg.
<b>Associação Agroecológica</b>	00	
<b>ACEMPRE</b>	02	Birguitte; Sofie.
<b>Clube de Mães</b>	00	
<b>Cooperativa</b>	06 (05 na COPAGRIL e 01 na COAMO).	Birguitte; Gunhild; Thorid; Sofie; Ingeborg; Gertrud.

Fonte: O/AS Autor/as, 2023.

Quanto ao item de filiação a órgãos de classe, apenas Lecia declarou não participar de nenhum órgão de classe. Seis entrevistadas afirmaram estar associadas a uma cooperativa (5 na Copagrill e 1 na Coamo). Causa dúvidas o fato de apenas duas entrevistadas estarem filiadas a ACEMPRE, considerando se tratar de feirantes de produtos hortifrutis.

## Concepções e percepções sobre o desenvolvimento rural sustentável

A pesquisa dialogou com as entrevistadas para que expressassem suas concepções e percepções sobre o desenvolvimento rural sustentável. Inicialmente, lhes foi apresentada uma tabela com temas considerados importantes para a preservação do ambiente como agricultoras familiares e feirantes.



**Tabela 5** – Temas de preservação do Meio Ambiente considerados mais importantes, necessários e urgentes.

<b>Quais são os temas ligados à preservação do Meio Ambiente que você considera mais importantes, necessários e urgentes?</b>		
<b>Tema</b>	<b>Nº de indicações</b>	
Desenvolvimento rural sustentável	03	Lecia; Thorid; Sofie.
Conceito de energia e recursos renováveis	01	Thorid.
Agrotóxicos e meio ambiente	06	Lecia, Birguitte; Gunhild; Thorid; Sofie; Gertrud.
Reserva legal	03	Birguitte; Thorid; Gertrud.
Agricultura orgânica	02	Sofie; Gertrud.
Recuperação de fontes e mananciais	02	Lecia; Birguitte.
Produção e consumo de energia	01	Sofie.
Impactos socioambientais relacionados à produção e consumo	01	Lecia.
Cidades sustentáveis	00	
Desenvolvimento econômico	01	Lecia.
Mudanças climáticas	04	Birguitte; Thorid; Sofie; I
Economia de baixo carbono	00	
Políticas públicas de produção e conservação sustentáveis	02	Lecia; Birguitte.
Novas tecnologias e hábitos de consumo	04	Lecia; Gunhild; Thorid; Ingeburg.

**Fonte:** O/As Autor/as, 2023.



Na faixa de maior indicação temos a preocupação com “Agrotóxicos e meio ambiente”. O interessante foi que, a única a não assinalar este item, Ingeburg, reagiu a ele afirmando que “- Na medida certa não é problema”.

“Mudanças climáticas” e “Novas tecnologias e hábitos de consumo” são preocupação de 4 entrevistadas. Embora que, sobre a questão de novas tecnologia, Ingeburg manifestou que esta questão “- Depende por conta da mão de obra”, do qual se depreende que ela entende a tecnologia como possibilidade de substituição da mão de obra.

“Desenvolvimento rural sustentável” e “Reserva legal” receberam três menções cada uma. “Agricultura orgânica”, “Recuperação de fontes e mananciais” e “Políticas públicas de produção e conservação sustentáveis” receberam duas menções cada.

“Conceito de energia e recursos renováveis”, “Produção e consumo de energia”, e “Desenvolvimento econômico” opções assinaladas por Thorid, Sofie, e Lecia, respectivamente. Sofie justificou sua indicação afirmando que “a agricultura orgânica precisa mais incentivos”. Enquanto que “Cidades sustentáveis” e “Economia de baixo carbono”, não foi preocupação de nenhuma das 7 entrevistadas.

Após as indicações diante da tabela de temas caros ao desenvolvimento rural sustentável, as entrevistadas foram inquiridas sobre suas concepções sobre a Agricultura Familiar.

Lecia não ofereceu resposta para esta pergunta. Para Birguitte, é “produção própria para o sustento da família”. Gunhild afirmou tratar-se de “muito trabalho entre família”. Segundo Thorid, Agricultura Familiar significa que “quando a família continua a produção no sítio”. Gertrud entende que seria “a família plantar juntos, morar juntos, e vender para plantar de novo”. Também Ingeborg entende a Agricultura Familiar como “Trabalhar em família, juntos”.

Embora as respostas oferecidas pelas entrevistadas sobre o conceito de Agricultura Familiar estabeleçam nexos com a questão da família enquanto núcleo de laços de sangue ou por casamento, conforme o conceito desenvolvido por



Abramovay, como sendo “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Entretanto, do ponto de vista político, econômico e social, as respostas estão muito distantes daquilo que vem sendo construído ao longo das últimas três décadas no Brasil. As entrevistadas não esboçam nenhuma referência com a sua condição de classe, conferida pela legislação própria que difere a Agricultura Familiar do agronegócio. Importa lembrar aqui a importância desta diferenciação<sup>22</sup>.

A chamada ‘Revolução Verde’ transformou a produção agrícola no Brasil. Junto com o processo tecnológico transferido para a produção, veio a concentração de terras e a criação de grandes latifúndios, transformando a agricultura brasileira em um grande processo empresarial, denominado de agronegócio, constituído, hoje, por menos de 500 mil famílias, contra um contingente de mais de 4 milhões de agricultores familiares. ‘No Censo Agropecuário de 2017, 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios da Lei e foram classificados como agricultura familiar’ (IBGE, 2019, p. 97) O gráfico do IBGE (2019, p. 66), que compara os censos de 2006 e 2017, atesta que são 4.524.365 estabelecimentos de até 100 ha, enquanto, as propriedades acima de 100 ha, que configuram o agronegócio, somam 471.922 estabelecimentos.<sup>23</sup>

Portanto, existem forte implicações políticas e econômicas no entendimento sobre a Agricultura Familiar e na importância de se diferenciá-la do agronegócio. Na área econômica, para o Plano Safra 2022/2023 o governo federal disponibilizou R\$ 340,88 bilhões. Entretanto, a agricultura familiar recebeu, desse montante, apenas “R\$ 53,61 bilhões para financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros de 5% e 6% ao ano”<sup>24</sup>.

Sobre a compreensão das entrevistadas quanto ao significado de agricultura sustentável, Lecia afirmou que: “- Quando o que é produzido dentro da propriedade é

<sup>22</sup> ABRAMOVAY, 1998, p. 146.

<sup>23</sup> AHLERT, Alvor; LEHMANN, Oscar Miguel. Sustentabilidade ambiental e agricultura familiar: um estudo com luteranos/as envolvidos com a Festa da Colônia de Gramado-RS. **Revista Relegens Thréskeia**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 208-230, jul. 2022. p. 212. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rt.v11i1.84077>.

<sup>24</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAP. **Pequenos e Médios**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023/pequenos-e-medios>. Acesso em: 18 ago. 2023.



suficiente para proporcionar uma vida razoável para os moradores desta e sua família, conseguindo utilizar os recursos da melhor forma possível”. Birguitte respondeu tratar-se de “agricultura orgânica”. Gunhild afirmou não conhecer: “- Não conheço”. Para Thorid, agricultura sustentável é “um autossustento para a produção”. Sofie assim se pronunciou ante a pergunta sobre agricultura sustentável: “- Só sobrevive quem cuida dos biomas, da terra, o planeta terra. Preocupa o clima”. Já Ingeburg afirma que agricultura sustentável significa “- Se sustentar com o próprio trabalho, produção”. E Gertrud afirmou: “- É quando conseguimos plantar com menos recursos sem consumir os recursos da natureza”.

As respostas oferecidas pelas entrevistadas são bastante precárias face ao acúmulo de conhecimentos e discussões que circulam nas ciências e no próprio senso comum na atualidade. Se considerarmos a questão de gênero, seu empoderamento, o espaço construído por elas para serem feirantes no município, parecem estar desprovidas de formações e informações sobre suas próprias atividades. Considerando estarem filiadas a órgãos de classe, depreende-se que as questões ambientais, agricultura familiar e sustentabilidade não são pautas desses órgãos. Isso, por sua vez, tem implicações na construção da identidade de gênero, da liberdade e da dimensão de uma consciência crítica dessas mulheres agricultoras familiares, feirantes de Marechal Cândido Rondo, PR.

### **Percepções sobre indicadores de sustentabilidade e seguridade social**

Sobre as percepções de gênero com relação aos indicadores de sustentabilidade, foi apresentada uma tabela dos indicadores explicativos em seus significados<sup>25</sup>. As respostas configuraram as seguintes médias para cada indicador conforme a importância a eles atribuído.

---

<sup>25</sup> SACHS, 2009.



**Tabela 6 – Importância dos Indicadores de Sustentabilidade.**

**Nota média da importância atribuída para os indicadores de sustentabilidade**

Sustentabilidade Social	8,714
Sustentabilidade Cultural	5,285
Sustentabilidade Ecológica	8,000
Sustentabilidade Ambiental	8,142
Sustentabilidade Territorial	6,285
Sustentabilidade Econômica	7,285
Sustentabilidade Política (nacional)	3,857
Sustentabilidade Política (internacional)	2,857

**Fonte:** O/As Autor/as, 2023.

Para os indicadores de sustentabilidade, vistos na tabela 06, as notas foram atribuídas de 0 a 10 para cada item listado. O requisito da nota é mediante a importância de cada item no quesito pessoal de cada uma das entrevistadas, formando a média acima.

Na faixa de maior importância para as entrevistadas em relação aos indicadores, temos a “Sustentabilidade Social”, no qual diz respeito a distribuição justa de renda, acesso igualitário a recursos e serviços sociais e qualidade de vida. Depois, entra a “Sustentabilidade Ambiental”, voltado ao respeito à capacidade de tempo para a renovação dos recursos naturais. Em terceiro lugar, a “Sustentabilidade Ecológica”, que trata da preservação do capital natural na produção de recursos renováveis e restrição dos recursos não renováveis. Em quinto lugar da tabela, a “Sustentabilidade Econômica” que busca o desenvolvimento econômico de forma equilibrada entre os setores, segurança alimentar, capacidade de modernização dos instrumentos de produção, autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional. A “Sustentabilidade Territorial” diz respeito a configurações



urbanas e rurais equilibradas, melhoria do ambiente urbano, superação das diferenças inter-regionais, estratégias de desenvolvimento ambientalmente eficazes para áreas ecologicamente comprometidas. Depois vem a “Sustentabilidade Cultural” que busca equilíbrio entre respeito a tradição e inovação, autonomia para desenvolvimento de um projeto nacional integrado e autoconfiança somada com a abertura para o mundo.

A “Sustentabilidade Política (Nacional)” requer uma democracia regida nos moldes de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para instaurar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores, destacado o nível de coesão social. E como último indicador listado, a “Sustentabilidade Política (Internacional)”, onde a sustentabilidade passaria pela garantia de paz assegurada pelo fortalecimento da ONU, controle do sistema financeiro internacional, cooperação científica e diminuição das disparidades sociais norte-sul.

As entrevistadas também foram perguntadas sobre seus conhecimentos e informações quanto a sua seguridade social com vistas a aposentadoria.

**Tabela 7 –** Conhecimentos sobre seguridade social.

Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?	Sim ( 3 ) Não ( 3 ) Não sabe/não respondeu ( 1 )
Você sabe o mês e o ano para sua aposentadoria?	Sim ( 4 ) Não ( 2 ) Não sabe/não respondeu ( 1 )
Você tem toda a sua documentação em dia e devidamente guardada para sua comprovação?	Sim ( 4 ) Não ( 2 ) Não sabe/não respondeu ( 1 )
Você tem recebido formação e informação de órgãos de classe sobre sua seguridade social?	Sim ( 1 ) Não ( 4 ) Não sabe/não respondeu ( 2 )
Você paga alguma previdência privada?	Sim ( 0 ) Não ( 7 ) Não sabe/não respondeu ( 0 )

**Fonte:** O/As Autor/as, 2023.



Diante das questões sobre seguridade social com fins específicos para aposentadoria, as entrevistadas demonstraram cuidados com as vistas a documentação e expressaram-se esperançosas quanto a data de sua aposentadoria. O que, mais uma vez, se torna evidente que há pouca ou nenhuma preocupação dos órgãos de classe em trabalharem permanentemente estes temas com seus associados e associadas. As entrevistadas declararam não haver recebido formação e informação de órgãos de classe sobre sua seguridade social.

## **CONCLUSÕES**

Os resultados da pesquisa oferecem um panorama detalhado sobre as agricultoras familiares feirantes, abordando seu perfil demográfico, situação econômica, acesso a bens culturais e percepções sobre sustentabilidade. O grupo de entrevistadas apresenta uma diversidade de idades e renda familiar predominantemente modesta. O acesso a mídia e bens culturais, como a leitura, é limitado, o que pode afetar sua conscientização sobre questões sociais e ambientais.

As preocupações centram-se em temas como agrotóxicos, mudanças climáticas e preservação ambiental, apesar de haver uma compreensão limitada nesses assuntos. A importância é dada à sustentabilidade social e ambiental, enquanto os aspectos políticos da sustentabilidade são menos valorizados.

Em conclusão, os resultados mostram que as agricultoras familiares feirantes enfrentam desafios significativos em termos de acesso a recursos, informação e formação cultural. Embora demonstrem preocupações sobre questões ambientais e sustentabilidade, a falta de conhecimento e conscientização em alguns tópicos indica a necessidade de iniciativas de educação e conscientização específicas para esse grupo. Além disso, a compreensão limitada sobre o conceito de agricultura familiar e a baixa priorização dos indicadores de sustentabilidade política apontam para oportunidades de fortalecer o empoderamento e a participação das agricultoras



familiares feirantes em discussões e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à igualdade de gênero.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>. Acesso em: 03 jun. 2023.

AHLERT, Alvor; LEHMANN, Oscar Miguel. Sustentabilidade ambiental e agricultura familiar: um estudo com luteranos/as envolvidos com a Festa da Colônia de Gramado-RS. **Revista Relegens Thréskeia**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 208-230, jul. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rt.v11i1.84077>.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. art. 194, II e art. 195, §8º. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal, 1991**. art. 30, IV da lei 8212/91. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAP. **Pequenos e Médios**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023/pequenos-e-medios>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CORRÊA DA SILVA, H. B.; CARTES PATRÍCIO, C. (org.). **Fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**: Cooperativismo, ater e pesquisa agropecuária, e ater digital pós-COVID-19. Brasília: FAO, SEAB/PR e IAPAR EMATER, 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE  
**GÊNERO E RELIGIÃO**  
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002. 1 v. Coleção pesquisa. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Diego de Queiroz; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha; OLIVEIRA, Francisco Correia de. Os Princípios da Bioética em Práticas de Desenvolvimento Sustentável: um Estudo Observacional no filme “Avatar”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, [S./l.], v. 14, n. 3, p. 4-9, 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento – incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Garamond, 2008. 152 p.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud.** – *CEBRAP*, [S./l.], n. 97, p. 23-40, 2013.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1986. 162 p.